

**Feminismos Globais
Estudos de caso comparados
de Mulheres Militantes e Intelectuais**

BRASIL

Iara Amora dos Santos

Entrevistadora: Sueann Caulfield

**Rio de Janeiro, Brasil
11 de julho de 2014**

**University of Michigan
Institute for Research on Women and Gender
1136 Lane Hall Ann Arbor, MI 48109-1290
Tel: (734) 764-9537**

**E-mail: um.gfp@umich.edu
Website: <http://www.umich.edu/~glbfem>**

© Regents of the University of Michigan, 2015

Lara Amora dos Santos nasceu em 1984 em Fortaleza, Ceará. É supervisora de projetos e co-fundadora do núcleo de mulheres jovens da CAMTRA, onde ela trabalha desde 1999 (Casa da Mulher Trabalhadora, fundado em 1997). Militante feminista e advogada, possui bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Especialização em Direitos Humanos e Mulheres pela Faculdade de Direito da Universidade do Chile. Foi Conselheira Estadual da Juventude do Rio de Janeiro entre 2008 e 2010.

Sueann Caulfield é Professora Associada do Departamento de História da Universidade de Michigan. Foi diretora do Center for *Latin American and Caribbean Studies* (LACS) (1999-2004) e atualmente dirige o *Brazil Initiative Social Science Cluster*. É especialista em história do Brasil contemporâneo, com ênfase em gênero e sexualidade. Ela recebeu vários prêmios e bolsas da *Fullbright Commission*, *National Endowment for the Humanities*, e *American Council of Learned Societies*. É autora de, entre outros, o livros *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, *Honor, Status and the Law in Modern Latin American History* (organizado em co-autoria com Sarah Chambers e Lara Putnam), e vários artigos sobre gênero e historiografia, e direito de família, raça e sexualidade no Brasil. Sua pesquisa atual versa sobre história da família, com particular ênfase na história da paternidade e legitimidade no Brasil do século XX. Ela é particularmente interessada no tema dos direitos humanos na América Latina, e vem participando de uma série de workshops, projetos transnacionais de ensino e intercâmbios sobre temas como justiça e ação social.

O **Projeto Global Feminisms**, localizado na Universidade de Michigan, foi iniciado em 2002 a partir de um financiamento para projetos interdisciplinares em parceria com instituições de outros países. O arquivo virtual inclui entrevistas com mulheres ativistas e intelectuais do Brasil, China, Índia, Nicarágua, Polônia e Estados Unidos.

Nossas colaboradoras no Brasil são pesquisadoras do Laboratório de História Oral e Imagem – [Labhoi](#), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Núcleo de História, Memória e Documento ([NUMEM](#)) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). As entrevistas no Brasil foram realizadas com apoio do *Third Century Learning Initiative* e *the Brazil Initiative at the University of Michigan* e, no Brasil, da FAPERJ e do CNPq.

Sueann Caulfield: Estamos falando com Iara Amora da Casa da Mulher Trabalhadora do Rio de Janeiro, na Lapa, na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. Então, queria começar falando um pouco sobre esta organização, a Casa da Mulher Trabalhadora. De que se trata, que tipo de trabalho se faz e como que começou esse trabalho, você pode falar um pouco sobre a organização?

Iara Amora dos Santos: É, CAMTRA, a Casa da Mulher Trabalhadora, é uma organização não governamental, uma instituição feminista, que fez 16 anos, 16 ou 17 eu não lembro, fundada em 1997, e a gente trabalha na formação das mulheres, na perspectiva dos direitos, formação e informação sobre acesso aos direitos. Então a gente trabalha desde formação de novas lideranças, um trabalho mais voltado para mulheres jovens, de formação de lideranças feministas, trabalha com alguns setores de trabalhadores mais precarizados, como trabalhadoras comerciárias, trabalhadoras informais, ambulantes, na perspectiva de levar informações sobre direitos, sobre acesso aos seus direitos, com lideranças comunitárias, mulheres fortalecendo esse trabalho. E também [damos] orientações em casos já de violações né, do direito, encaminhamento para a delegacia, para o hospital, como seria atendida, então de uma forma geral a gente tem um trabalho de formação e informação sobre o direito das mulheres, violência...

SC: E quando você diz formação, isso é através de cursos, através de, vocês mandam ativistas para as ruas para falar com as mulheres, como é que vocês identificam, como que é essa formação, como é que se faz?

IAS: Então, aí depende do público, da estratégia né. As mulheres jovens por exemplo, a gente tem uma atuação a partir de um curso anual, que ano passado foi o quinto, o curso 'Mulheres Jovens na Defesa de seus Direitos', que é um curso de sensibilização onde a gente fala de violência, de sexismo, de racismo, de lesbofobia, de sexualidade, enfim. A partir desse curso a gente passa a realizar atividades com essas jovens nas suas comunidades, onde elas moram, ou onde elas estudam, a partir também da demanda e da organização delas. Então tem algumas jovens que participam de uma forma mais continuada, vêm para o curso e depois há outros encontros, e tem também sempre o trabalho de chegar até outras jovens que não vão vir para o curso, não vão vir para um encontro no final de semana, não vão vir para um encontro à noite, então a gente também faz desde atividades na comunidade onde elas moram, também às vezes oficinas, também de formação, mas também atividades na rua, panfletagem, levar apresentações culturais, para chegar em outras jovens que não vão chegar aqui, dentro da sala da CAMTRA ou num curso fechado. Com outros públicos, como por exemplo, as trabalhadoras da SAARA, que é um centro comercial,

e as ambulantes, é o trabalho de rua mesmo, a gente tem uma metodologia que a gente desenvolveu da barraca de direitos, que a gente monta uma barraca na rua, leva uma tenda, mesa, cadeira, e materiais informativos e distribui junto, para elas, além de preservativos. Na SAARA especificamente a gente atua desde 1999, a gente já teve barraca, já funcionou todos os dias, inclusive, atualmente não.

SC: Você pode, só para quem não conhece o Rio de Janeiro, pode explicar um pouco como é esse bairro da SAARA, e essas mulheres vendedoras ambulantes, na sua maior parte.

IAS: Então, a SAARA é um centro comercial popular, no Centro do Rio de Janeiro, onde tem mais de 6000 estabelecimentos. Tem lojas, então tem trabalhadoras que são empregadas dessas lojas, mas mesmo as empregadas, é uma área de muita irregularidade trabalhista, os direitos não são respeitados, é um trabalho desvalorizado, você não vai encontrar na trabalhadora da SAARA o mesmo perfil de uma trabalhadora do shopping, quem trabalha na SAARA não vai ser aceita para trabalhar num shopping ou numa loja da zona sul. São trabalhadoras de áreas pobres do Rio, com ensino médio ou fundamental, e é muito precarizado mesmo, uma exploração e uma rotatividade. Além das trabalhadoras das lojas, tem também as trabalhadoras ambulantes que vendem ali no entorno, ou ali na Uruguaiana, que é mais próximo. Então na verdade é uma grande concentração de um comércio né, onde tem, mais de 6000 estabelecimentos, milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

SC: Uhun, então um aspecto do trabalho da Casa da Mulher Trabalhadora é que levam uma barraca e com panfletos, com informação, e também vocês no caso iriam estar lá para receber as pessoas que se interessam, para explicar sobre direitos e saúde?

IAS: Isso, saúde sexual e reprodutiva, e doenças sexualmente transmissíveis, distribuição de preservativos, isso a gente faz permanentemente, inclusive a gente teve durante muito tempo lojas cadastradas que as pessoas recebiam mensalmente os preservativos, a gente ainda tem pessoas cadastradas, a gente só está tentando mudar um pouco a forma, ao invés de a gente levar, ver se elas vão pegar, porque a gente não tem estrutura. São mais de 30 lojas, mais de 300 pessoas cadastradas, então, é uma estrutura que a gente tem que ter grande de estar entregando de loja em loja. Então a gente distribui material informativo, fala sobre doenças e o que a gente faz também sobre os direitos é sempre aliar ao calendário feminista, então agora em julho vai ter o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, 25 de julho, então a gente vai fazer uma barraca especial sobre a mulher negra, então

vamos fazer um material específico sobre as mulheres negras, sobre a questão da discriminação, sobre os direitos, e vamos trabalhar mais especificamente esse tema, então a gente também vai usando o calendário feminista como um instrumento para estar disseminando os direitos e chegando até essas mulheres.

Um outro trabalho que a gente faz com essas trabalhadoras é um pouco também de tentar transportar a realidade delas né, então a gente fez um documentário sobre as trabalhadoras da SAARA, a sua autoestima, então, fizemos algumas pesquisas já, tanto com as trabalhadoras ambulantes, como com as trabalhadoras de lojas, para conhecer mais sobre o seu cotidiano, sobre quantas horas trabalham, quantas horas gastam no deslocamento para casa, quem faz as tarefas domésticas, com quem ficam os filhos dessas mulheres, então a gente também faz o trabalho lá local, mas também tenta levantar dados sobre essas mulheres, para estar influenciando nas políticas públicas e para estar transportando para outros lugares.

SC: Então, se eu entendi bem, a organização é uma organização que fornece informação, é educativa nesse sentido. E quem financia a CAMTRA? Vocês são uma organização não governamental?

IAS: Sim.

SC: Então não é dinheiro público, né?

IAS: Não. A gente tem alguns financiamentos. A gente tem atualmente um financiamento da Fundação Rosa Luxemburgo, e a gente tem vários financiamentos pontuais, a gente não tem um financiamento fixo, que mantém a estrutura da organização, a gente tem várias instituições de que a gente é parceira, mas que são financiamentos pontuais. Nos Estados Unidos, uma instituição que sempre ajudou a gente, várias vezes já, foi o Fundo Global para as Mulheres – desde o início da instituição a gente sempre conseguiu vários projetos, esse ano também a gente conseguiu um. Enfim, e tem a LECADA e audição a gente tem apoio de pequenos fundos no Brasil, como a FASE. É apoio que eu digo assim, são pontuais, são sempre em cima de um projeto pontual mas são instituições que a gente consegue manter uma parceria de sempre estar conseguindo alguma coisa, mas a maioria são recursos externos mesmo.

SC: Você pode falar um pouco de como foi formada a instituição? Como essa ideia se encadeou e como se formou?

IAS: Então, a CAMTRA foi formada, foi fundada, pela sua coordenadora Eleutéria.

SC: Pela coordenadora o que?

IAS: A Eleutéria, coordenadora geral da CAMTRA. Ela vinha de uma militância contra a ditadura, então ela teve uma militância durante anos em partidos políticos. Atuou na ditadura, nesse movimento contra ditadura. E depois veio de uma trajetória de militância de partido político e em dado momento, quer dizer, na sua trajetória mesmo dentro destes outros espaços mistos, já discutia a questão das mulheres e em dado momento ela fez uma opção, uma ruptura por, enfim, sair desse espaço misto e se dedicar ao trabalho mais especificamente com mulheres. E aí, enfim, uma coisa que ela sempre fala é que nasce muito também da experiência pessoal dela, de ter três filhas, de ser uma mãe com três filhas e se deparar com a falta de políticas públicas pra mulher trabalhadora, pra mãe, enfim. Então nasce um pouco dessa experiência pessoal também.

SC: E podemos falar um pouco sobre você então? Você evidentemente não estava no início dessa... me parece que você é muito mais nova do que quem estava trabalhando nos anos 60, 70. Quando que você entrou e o que levou, se você podia falar um pouco sobre sua vida profissional, mas também sua vida pessoal. O que levou você a querer e a procurar trabalhar num espaço como esse.

IAS: Então, não tem como falar separado mesmo. A CAMTRA foi fundada em 1997 e eu sou filha da Eleutéria, que é coordenadora da instituição. Então é impossível separar.

SC: Então você é uma dessas três filhas?

IAS: Isso! Na verdade eu vim pra instituição com 14 anos.

SC: Sua mãe estava militando, estava criando...

IAS: É, estava no início da instituição e ainda não tinha uma estrutura, não tinha uma equipe, então eu vim muito, foi uma estratégia dela também assim, *vai lá ajudar, fica lá ajudando, atende telefone, faz...* E aí, eu digo sempre que na verdade a CAMTRA foi minha grande escola de vida, eu vim com 14 anos e vou fazer 30 anos. Então na verdade eu me descobri feminista, me formei feminista, e na verdade me formei mesmo, enquanto pessoa, minhas ideologias, o que eu acredito que eu fiz aqui com o trabalho da CAMTRA. Então é uma coisa até difícil de separar. Quando eu comecei eu

estava no ensino médio ainda, eu estudava no ensino médio, então já fiz ensino médio, já me formei na faculdade, fiz faculdade de direito.

SC: Então você é advogada?

IAS: Sim, sou advogada. Fiz uma pós graduação no Chile, sobre direitos humanos e mulheres, também, na Universidade do Chile, mas independente da minha formação acadêmica, com certeza aprendi muito mais coisas aqui, muito mais que na faculdade. Eu fiz uma faculdade de direito e não estudei nada sobre o direito das mulheres, sobre convenção, as convenções que tem sobre as mulheres. Eu me formei em 2008 e a Lei Maria da Penha foi em 2006, mas assim, é um pontinho dentro da matéria que o professor passou mas não tem nenhuma abordagem de fato. Então é isso, minha formação mesmo de militante, de profissional, se deu na instituição.

SC: Mas você fez um curso no Chile, especificamente sobre...

IAS: É, é...

SC: Como você vê a relação, a importância pra você da reflexão teórica, reflexão intelectual sobre a situação da mulher, a história da mulher, o feminismo e a prática de trabalhar com pessoas, mulheres trabalhadoras, fornecer essa educação.

IAS: Então, eu acho que a formação intelectual não se dá só na faculdade, aqui a gente também produz conhecimento, aqui a gente também estuda, mas a pós graduação especificamente foi muito importante pra mim, porque na verdade foi a primeira vez que consegui, que teve um espaço que aliou um pouco mais essas minhas duas experiências. A faculdade era uma coisa totalmente isolada da minha experiência de militante, de feminista, então na pós, por ser um programa específico, era um programa de direitos humanos, voltado pro direitos humanos das mulheres, foi a primeira vez que consegui aliar e aí então assim, estudar teóricas feministas do direito. Coisa que na faculdade eu nunca ouvi, e aqui por outro lado, embora a gente estude feministas teóricas, mas também nunca teve nenhum foco no direito especificamente, então assim, foi muito importante nesse sentido também.

SC: Mas por outro lado você diz que não é só na faculdade, não é só de intelectuais, profissionais que você aprende e faz sabedoria. Então o que você aprende das pessoas, tantos seus colegas daqui e das pessoas, que vocês

trabalham juntas, as trabalhadoras que vocês estão fornecendo esses serviços?

IAS: Acho que tudo. Porque é isso: a gente não se propõe em nenhum espaço que a gente vai a só levar o conhecimento, a gente sempre trabalha em cima da troca e da experiência de vida de cada uma. Não adianta eu chegar lá com a Lei Maria da Penha em determinado território, e dizer: *aqui, está aqui a lei, você vai na delegacia*, porque essa mulher não pode ir na delegacia. Porque a polícia não vai onde ela está. Porque a polícia não vai proteger a vida dela, então é uma troca o tempo todo. É conversar, ao mesmo tempo dizer quais são as ferramentas legais, mas também ver qual é aquela realidade, o que se pode trabalhar em cima daquela realidade. Quais são os instrumentos, outros instrumentos, outras alternativas que elas estão criando também, né? Enfim...

SC: E as mulheres que fazem os cursos aqui e procuram vocês, elas vêm com que objetivo? Por interesse ou elas estão visando também continuar como liderança em movimento social, ou por que alguém viria procurar o curso?

IAS: Então, o público que a gente atinge mais através dos cursos é um público de mulheres que, de alguma forma, ou já estão em algum movimento social mas sentem falta de debater a questão das mulheres, ou estão em busca mesmo de um fortalecimento pra levar esse tema pros lugares onde elas já atuam, seja movimento social, seja universidade, seja escola. Sentem falta de ver, de visibilizar a questão das mulheres e de fortalecer sua atuação também. Então tem várias companheiras que chegam com relato de machismo dentro dos movimentos de que elas participam, de que elas não conseguem acessar determinados postos ou de que não são respeitadas nas reuniões. Então elas vêm em busca desse fortalecimento, tem isso, ou também de alguma forma, também tem aquelas mulheres que dizem assim: *eu nunca participei, mas sempre quis*. Tem meninas, tem mulheres que falam: *ai, eu sempre fui feminista mas eu não sabia, tipo assim, sempre me incomodei com isso dentro da minha casa, sempre me incomodei com isso dentro da minha família, mas nunca tinha encontrado um espaço em que eu pudesse, enfim, que tivessem outras pessoas para refletir comigo, pra pensar sobre isso*. Então, as que vem para um curso têm um pouco esse perfil, que não vai ser a trabalhadora do SAARA, dificilmente.

SC: Porque não tem tempo...

IAS: Porque não tem tempo pra participar de um curso desse, então são mulheres lideranças de comunidades que estão em busca de apoio, de fortalecimento do seu trabalho local, de informações pra levar, de material, mas também disso, de ir lá

junto com ela, de estar atuando junto com ela, então é difícil mulheres que vêm assim, em busca de participar de um curso e depois podem continuar não participando diretamente com a gente, mas sempre levam para os seus espaços de atuação. A gente fez também um curso com professoras, voltado para profissionais da educação e normalistas, que são professoras do ensino infantil, que é um curso superior que pode ser dado junto no ensino médio, como uma formação técnica, e aí que a gente visava mesmo debater as questões de gênero, dos preconceitos, das discriminações dentro da sala de aula, ver como é que pode se reverter isso, então são profissionais que participaram, e também estudantes, isso muito em busca de levar isso para o seu cotidiano, pensar como é que eu se trabalha isso na sala de aula.

SC: Uhun, mas enfim, vêm por sua própria conta, e vocês não têm como oferecer bolsa?

IAS: Ah, não, são cursos gratuitos, as nossas atividades são todas gratuitas, e a gente sempre custeia... a passagem às vezes, dependendo, mas se for pra dormir, hospedagem, alimentação, sempre tem esse cuidado, porque são mulheres que não têm dinheiro para ficar bancando esse tipo de gasto...

SC: Ou seja, que viriam de uma zona rural, então têm que viajar até aqui..

IAS: Isso, isso.

SC: Interessante, então como que você vê esse tipo de trabalho, que é uma coisa específica, é ONG, é formação de liderança, é distribuição de informação, tentativa de fomentar políticas públicas, através dessa educação de informação, se eu entendi bem, mais ou menos a totalidade que faz a organização, como você vê esse tipo de trabalho e nesse tempo no Brasil, dentro de uma história num contexto do feminismo no Brasil, direitos da mulher no Brasil? Como você vê a contribuição que você pessoalmente faz e que o organização faz dentro desse contexto maior?

IAS: Pegando a história dos direitos da mulheres no Brasil e das lutas feministas, conquistas, o que a gente pode perceber hoje, é isso: a gente alcançou formalmente muitas leis, a gente já tem muitas garantias embora não tenha todas ainda, a luta pela legalização do aborto é uma que está aí desde as primeiras feministas, mas a gente ainda não conseguiu mas, sim, tem avanços em políticas públicas e em leis, só que esses direitos conquistados não chegam igualmente a todas as mulheres. A gente tem uma garantia formal, mas na realidade da vida cotidiana da maioria das

mulheres, principalmente as mulheres pobres e a as mulheres negras no Brasil, isso não se dá. Então a gente tem, por exemplo, a lei Maria da Penha, que foi uma conquista depois de anos e anos de luta do movimento e que é uma coisa importante pra gente, mas que não é implementada como deveria. Então pra mim, a importância desse trabalho é justamente estar fortalecendo as mulheres para que elas possam acessar, seja fortalecer porque às vezes desconhecem o seu direito, desconhecem a lei, mas pode ser também porque conhece, mas tentou acessar e não conseguiu. Então é a hora que a gente ou vai junto, ou vai mandar material, ou vai mandar uma carta pro órgão e dizer, olha a mulher tal foi aí e aconteceu isso, e aquilo e porque não foi atendida, então eu vejo muito nessa relação de tentar fazer com que esses direitos cheguem ao maior número possível de mulheres. Que as mulheres possam de fato ter acesso ao que está garantido na lei.

SC: E você encaminha mulheres normalmente à delegacia local, no Rio de Janeiro, ou já teve repercussão maior quando não consegue defender os direitos na delegacia? Vocês ajudam a processar ou a entrada?

IAS: A gente não trabalha com litígio na instituição. O que a gente encaminha são para os órgãos, pra defensoria pública, pra outros órgãos de atendimento e quando não tem um atendimento eficaz, também na delegacia por exemplo, o que a gente faz é denunciar pro conselho da mulher, denunciar pras ouvidorias, pras secretarias, pras instâncias políticas que deveriam manter aquela política funcionando. Agora, uma coisa que eu sempre falo é que a gente pode olhar dos dois lados. A gente atende casos de violência assim, de denúncias, isso se dá muito através do telefone ou hoje em dia tem a internet também, enfim, tem as redes sociais, então a pessoa participou de uma atividade e aí adiciona a gente no Facebook e depois ela vem, *que minha amiga, minha prima, minha conhecida*, enfim, mas o que chega, então. Uma diferença pra mim muito nítida, que eu sempre falo, antes da Lei Maria da Penha a gente já atendia a muitas mulheres assim, *ah eu apanhei, eu sofri violência ou então, meu companheiro, meu namorado, meu marido fez... Me agrediu, o que que eu faço? Pra onde eu vou?* Hoje é mais difícil, é mais raro a mulher ligar ainda perguntando pra onde ela vai, geralmente ela já sabe que tem que ir pra delegacia, aí a gente atende tanto, ou não foi, porque tem medo de denunciar, ou porque tem dúvidas se denunciar, se vai prejudicar, o que vai acontecer, tem a preocupação, enfim, ainda não está convencida de que a denúncia seja um caminho ou às vezes não pode, ou, o que a gente mais atende, cada vez mais: *eu já fui na delegacia já denunciei e continuo sofrendo violência*, então, a gente pode pensar que teve um avanço no aumento da conscientização mas é nítido o quanto a política pública não está cumprindo ainda sua função. A gente atendeu, a Eleutéria ficou mais à frente, acho que não faz nem um mês, uma mulher que era vítima de violência e ela não podia denunciar porque o

cara era ligado ao tráfico, então mesmo que ele fosse preso, ela ia sofrer violência de outras pessoas do tráfico. Aí ela tinha que sair de onde ela morava e a gente ficou quase uma semana, Eleutéria que ficou mais à frente, e isso em contato direto com os órgãos, com as coordenadoras, com as secretárias pra tentar arranjar um abrigo pra ela. Há, assim, uma dificuldade muito grande de as mulheres acessarem as políticas públicas. No final ela acessou. Mas é isso, por esses meios ela dificilmente, sozinha, a gente não sabe se ela chegaria, conseguiria. E é uma situação muito difícil também porque ir pra um abrigo é abrir mão da sua vida toda, é você quem vai ficar lá presa, isolada sem trabalho, sem estudo, sem contato com seus familiares, não podem saber onde você está. Então são situações difíceis, de limite mesmo.

SC: E uma última pergunta sobre o contexto do seu trabalho no movimento feminista, com organizações que trabalham com assunto da mulher, vocês têm muitos vínculos internacionais, como você vê a situação do Brasil no contexto internacional? Ou seja, Brasil está avançado em comparação outros países, atrasado, caminhando junto, que tem em comum, que tem de específico, como você vê?

IAS: Não saberia dizer, assim. A nossa atuação é mais local e nacional. A gente tem contato com outras organizações...

SC: Como essa que financia? Dos EUA?

IAS: É. Mas ou encontros internacionais, de feministas, mas eu não sei se eu tenho uma avaliação se a gente está melhor ou pior porque... É isso, não sei, falar da realidade de dois países pra mim, não me sinto muito cômoda, não me sinto à vontade mesmo, não me sinto com essa expertise. O que eu, do Brasil, o que a gente sente enquanto feminista, tem sentido cada vez mais, e aí a gente pode observar que também está acontecendo este movimento em alguns outros países e em outros não, por exemplo: a Argentina tem conseguido alguns avanços na questão do matrimônio igualitário, o Uruguai conseguiu da legalização do aborto, neste aspecto aqui poderia dizer que a gente está bem mais atrasado, a gente sente cada vez mais um crescente do conservadorismo na sociedade e no legislativo nacional, principalmente em relação aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. É um campo em que a gente tem sofrido ataques, a gente não vê possibilidade a curto prazo de avanço e que estamos aí lutando pra não ter retrocesso, a gente está numa conjuntura bem difícil nesse sentido.

SC: Então como essa era minha última pergunta, era como você via o futuro, que precisava atuar, mas você já respondeu.

IAS: Tem um... Pode falar especificamente?

SC: Pode.

IAS: Tem um projeto que está no Congresso Nacional - no Brasil o aborto é permitido em caso de estupro, violência sexual, gravidez resultante de violência sexual, risco de vida pra mãe e, recentemente a Corte Suprema interpretou que em caso de feto anencéfalo também seria cabível. E a gente tem projetos de lei, tem um especificamente que a gente tem lutado, que a gente sabe que agora que vai ter eleição então provavelmente vai ser usado, que é o Estatuto do Nascituro, que é dar plena proteção ao embrião desde a concepção e isso interfere diretamente inclusive nos casos de abortos legais, teria investigações, né? Se você ficou grávida, se você perder o bebê, você passa a ser suspeita, o que você fez pra perder? Fez alguma conduta que conduziu, então a mulher passa a ser suspeita totalmente, e tem, uma das coisas que a gente considera - mais uma - gravíssima que é previsão de uma bolsa, que a mulher que fique grávida resultante de estupro, se não fizer o aborto legal, receba uma bolsa até que o filho complete 18 anos. Colocando como se a única questão fosse a financeira, né? Como se você não fosse levar adiante uma gravidez resultante do estupro só por conta da questão financeira. Enfim, tem todas as outras coisas porque na verdade ele prevê, é uma coisa tão contraditória, tão absurda que essa pensão vai ser dada pelo pai, sendo que o pai é o estuprador e deveria estar preso. Então você reconhece a paternidade do estuprador, sabe? Então a gente está numa conjuntura muito difícil nesse sentido. Nas últimas eleições quando a Dilma foi eleita, foi uma pauta que foi usada muito forte e que a gente está se preparando, que provavelmente vai acontecer...

SC: Agora nessa.

IAS: É.

SC: Ai Iara, muito Obrigada! Paramos aqui, muito obrigada!